

MIGNOLO, Walter [et.al] *Gênero y Descolonialidad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

**Gênero y Descolonialidad. MIGNOLO, Walter [et.al]. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.**

---

**Alex Barreiro<sup>1</sup>**

Organizado por Walter Mignolo, os artigos compilados no livro “Gênero y descolonialidad” compõe a série “Desprendimentos”: diversos ensaios guiados pela ideia de abandonar as formas de conhecimento que nos sujeitam e modelam ativamente nossas subjetividades. Já no prefácio, escrito pelo próprio organizador, é destacado a necessidade de nos desprendermos das ficções naturalizadas e empreendidas pelas matrizes coloniais do poder, assinalando que a noção de “modernidade” produz feridas coloniais, patriarcais, como um conjunto de normas e hierarquias que passaram a regular o gênero (seus papéis e suas relações), a sexualidade humana (seus desejos e prazeres) e também as questões étnicas, promovendo o entretenimento banal que narcotiza o pensamento. Por isso, a tarefa de se “fazer”, “pensar” e “ser” descolonial é a cura da ferida e da compulsão viciosa em querer desprendermo-nos das normas e das hierarquias modernas. Precisamos aprender a desaprender para aprender a reaprender de outra maneira, “es lo que nos enseño la filosofía de Amawtay Wasi” (Mignolo, 2014, p.07).

Já na introdução, denominada “Cuáles son los temas de género y (des) colonialidad, Mignolo (2015) nos chama a atenção para as quatro formas de colonização e controle que o aparelhamento colonialista instalou ao longo dos séculos, sendo eles: a) o controle da economia, os quais incluem a apropriação de terras e recursos naturais e exploração da mão de obra humana, e também a criação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI; b) o controle da autoridade, referente às formas de governo, como a monarquia e a igreja durante os séculos XVI e XVII, o Estado moderno europeu e o Estado moderno colonial, e a elaboração dos direitos e as relações internacionais;

---

1

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: barreiroalex86@gmail.com.

c) o controle do gênero e da sexualidade humana, a heterossexualidade como norma e o tradicional modelo de família cristã e vitoriana; e d) o controle do conhecimento e da subjetividade, o que inclui não apenas as instituições e o currículo de ensino, mas também os meios que apoiam as concepções do mundo e corroboram a formar/produzir subjetividades, como de consumidores em nosso dias.

Contudo, é justamente sobre o controle do gênero e da sexualidade que os artigos que compõe o livro se dedicaram, sem querer ignorar as demais discussões, uma vez que existe uma confluência desses controles e da colonialidade do poder, do saber e do ser <sup>2</sup>.

Maria Lugones no primeiro capítulo, “Colonialidad y Género: hacia um feminismo descolonial”, investiga a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade para compreender a preocupante indiferença que os homens mostram com relação as mulheres de cor, não brancas, vítimas da colonialidade do poder e, conjuntamente, da colonialidade do gênero. A crítica de Lugones também é estabelecida com relação as mulheres que têm desenvolvido análises críticas a partir das teorias feministas hegemônicas e que acabam por ignorar a interseccionalidade entre as categorias mencionadas acima (raça, classe, sexualidade e gênero).

A autora retoma a análise do intelectual Anibal Quijano sobre o padrão de poder capitalista eurocentrado e global, e destaca que

Quijano entiende que el eurocentrismo es la perspectiva cognitiva no solamente de los europeos, sino del mundo eurocentrado, de aquellos que son educados bajo la hegemonía del capitalismo mundial. El eurocentrismo naturaliza la experiencia de la gente dentro de este patrón de poder. (LUGONES, 2015, p.19).

A partir da ideia de “padrão de poder” de Quijano, Lugones averigua a concepção do autor com relação as análises de gênero, e infere que seu trabalho implica que a diferença de gênero se constitui nas disputas sobre o controle do sexo, seus recursos e

<sup>2</sup> Ao referir-se a colonialidade do ser, Mignolo (2015, p.10) diz que: “El patriarcado regula las relaciones sociales de género y también las preferencias sexuales y lo hace en relación a la autoridad y a la economía, pero también al conocimiento: qué se puede/debe conocer, quiénes pueden y deben saber”.

produtos. Que as diferenças se configuram através da maneira em que o controle está organizado. Em seguida, Lugones crítica a perspectiva de Quijano afirmando que o autor entende o sexo como atributos biológicos que chegam a ser elaborados como categorias sociais, assim, o autor reduz o gênero à organização do sexo, seus recursos e produtos e parece, conforme Lugones (2015, p.23) “caer em certa presuposición respecto a quién controla el acceso y quienes son constituídos como “recursos””.

Quijano parece dar por certo que a disputa pelo controle do sexo é uma disputa entre homens, sustentada entorno do controle, por parte dos homens, sobre recursos que são pensados como femininos. “Los hombres tampoco parecen ser entendidos como “recursos” em los encuentros sexuales. Y no parece, tampoco, que las mujeres disputen ningún control sobre el acceso sexual. Las diferencias se piensan em los mismos términos com los que la sociedade lee la biología reproductiva” (LUGONES, 2015, p.23).

Posteriormente, nos subcapítulos “Intersexualidad”, “Igualitarismo ginecrático y no-engenerizado”, “Igualitarismo sin género” e “Igualitarismo ginecrático” a autora retoma autores, como Oyéronké Oyewúmi, Paula Gunn Allen, Patricia Hill Collins, Mc Clintock entre outros que se dedicaram aos estudos de gênero em diferentes comunidades indígenas e nas intersecções das categorias, mencionando que os indivíduos hoje denominados por intersexuais foram reconhecidos em muitas sociedades tribais anteriormente ao processo de colonização europeu, e eles não eram assimilados nesta perspectiva classificatória binária que elaboramos e que prevalece atualmente. Além disso, muitas das comunidades eram matriarcais e reconheciam positivamente a homossexualidade, e com relação aos gêneros, compreendiam de maneira igualitária, e não nos termos de subordinação que o capitalismo eurocentrado impôs. Lugones também apresenta a conjuntura histórica e contextualiza a emergência do conceito de raça e sua aplicabilidade hierárquica com relação aos povos não europeus, associando a ideia de raça às categorias sexualidade e gênero.

Sua proposta era pontuar os dados visíveis e ocultos que ela denomina por sistema de gênero colonial moderno, permitindo desmascarar as violências de gênero que encontram-se sistematicamente racializadas, possibilitando por meio de suas perspectivas ou denúncias colaborar para uma mudança da realidade social e política que vivem esses sujeitos à margem dos diretos.

O segundo texto, escrito por Isabel Jiménez-Lucena, intitulado “Género, Sanidad y Colonialidad: la mujer marroquí y la mujer española en la política sanitaria de España em Marruecos” é uma análise crítica das estratégias colonizadoras empreendidas pela medicina ocidental moderna – que busca transformar o local em global, construindo ideias universais que legitimam determinadas ações e práticas e deslegitimam outras – lembrando-nos seu caráter político e ideológico, o qual possuiu um importante papel nos processos de colonização, colonização tanto étnica como de classe e gênero. A autora também aborda a importância das relações de gênero nos discursos e práticas sanitárias coloniais de países como Espanha e Marrocos, e a maneira como o discurso médico-sanitário tem realizado intervenções nas configurações das relações de gênero nesses locais. Para ela, o discurso colonial opera como um tipo particular de prática social com efeitos sobre as ações de pessoas e grupos.

Para analizar la presencia protagónica que tuvieron las mujeres en la política sanitaria española en Marruecos ha sido de gran importancia el análisis del discurso colonial como tipo particular de práctica social con efectos sobre las acciones de individuos y grupos, que contribuye a la construcción de un espacio relacional en el que se producen interrelaciones entre los discursos dominantes y subordinados, interrelaciones que provocan respuestas desde el poder que pueden constituirse en forma de visiones subjetivas, sueños o ideales, planes para acabar con los discursos subordinados. (LUCENA, 2015, p.47).

Lucena (2015) constata que a política sanitária colonial interviu nas configurações das relações de gênero de diferentes maneiras; por meio da universalização de um ideal de mulher; na exaltação das relações de gêneros ocidentalizadas como comportamento e prática social extraordinária frente às orientais e também na manutenção da subordinação das mulheres no que se refere aos âmbitos profissionais e pessoais.

O último artigo do livro “Por qué cortarse los pies para caber em los zapatos occidentales?” escrito pela autora Madina Tlostanova, é analisado como o império soviético em sua natureza imperial não foi diferente do império czarista, pois, dentro da lógica de gênero soviética, as mulheres representantes da população indígena só foram aceitas na esfera pública dentro de um marco permitido pela cultura colonizadora e dos referenciais criados por esta cultura. Contudo, esta lógica não era exclusivamente soviética, mas, uma continuação do típico modelo

epistêmico da modernidade ocidental baseado na representação estereotipada de todos os sujeitos não-ocidentais, em suas dominações em termos de assimilação. O estudo da autora está intimamente relacionado a sua condição de mulher colonizada a qual também lhe foi assignado um gênero pelo império russo-soviético, por isso, seu interesse com pesquisas sobre as diferenças imperiais e coloniais e o funcionamento específico da colonização do poder nos impérios subalternos, como a Rússia e suas atuais colônias (não europeias), como nos casos da região do Cáucaso e da Ásia Central, lugares em que, segundo Tlostanova (2015, p.65) “cualquier conceptualización de los problemas de género, debe ir de la mano del esfuerzos por entender como ha funcionado exactamente el sistema del mundo colonial moderno”.

Neste último artigo a autora está particularmente interessada no processo de formação e renascimento entre o que ela denomina por consciência transcultural e pensamento crítico dos cruzadores ou habitantes da fronteira ligada a descolonização das mentalidades, o que consiste diretamente na abordagem da problemática da elaboração dos gêneros e seus papéis e funções sociais.

A coleção organizada por Walter D. Mignolo, em especial, o volume “Gênero e Descolonialidade” pode ser interpretado como parte das investidas da tradição crítica do pensamento latino-americano, o qual provoca ressonâncias globais na medida em que suas propostas incitam intelectuais de outras partes do mundo a colaborarem com a produção de releituras históricas, epistêmicas, teóricas e políticas do pensamento decolonial para compreender o processo que denominamos por colonialidade global nas diferentes instâncias da vida coletiva e também pessoal, e sem dúvidas, da produção dos gêneros, assim como os papéis e a identidade que implica sobre esta categoria faz parte de um elaborado e sofisticado sistema de produção europeu de subjetividades.

Recebido em junho de 2017

Aceito para publicação em maio de 2018